

Acervo de lutas, acervo de imagens: poética e protesto feminista na fotografia de imprensa

Angie Biondi¹ e Rita Maria Radl-Philipp²

Resumo

Quando nos debruçamos sobre imagens de manifestações e protestos feministas pelo aborto legal e seguro no Brasil, na Argentina ou na Colômbia, observamos que elas compreendem uma parte importante da própria estratégia ativista de reivindicação, porque o campo visual é assumido como um elemento constituinte do debate público contemporâneo. As fotografias dos recentes protestos feministas que tiveram ampla circulação na imprensa brasileira têm demonstrado elaborações distintas e criativas das práticas visuais no intuito de romper modelos estigmatizados de culpa, punição e sofrimento comumente atribuídos às meninas e mulheres que precisam recorrer ao aborto legal. Desse modo, compreendemos que observar o campo da cultura visual hoje significa entender qual a participação das imagens jornalísticas e midiáticas no rol das agendas sociais, particularmente, a feminista. Neste texto, refletimos como as imagens apresentam um regime expressivo particular da luta, de intensidade tanto poética quanto política. Por meio dessas fotos, podemos analisar como tal demanda se inscreve também enquanto um fenômeno midiático-comunicacional assumindo três características centrais da luta feminista: a mobilização de massa, a radicalidade expressiva e a atualização *transfronteira*. Para isso, apresentamos um recorte do material empírico sobre a fotorreportagem “Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países”, veiculada pela *Folha de S. Paulo*, em 02 de outubro de 2021.

Palavras-chave

Comunicação; Feminismo; Fotografia; Imprensa; Protesto.

¹Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Pesquisadora sênior do CNPq no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: angiebiondi@gmail.com.

²Professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: ritam.radl@usc.es.

Collection of struggles, collection of images:

poetic feminist protest in press photography

Angie Biondi¹ and Rita Maria Radl-Philipp²

Abstract

When we look at images of feminist protests for legal and safe abortion in Brazil, Argentina or Colombia, we observe that they comprise an important part of the activist strategy of protest for vindication, because the visual field is accepted as a constituent element of contemporary public debate. Photographs of recent feminist protests that were widely circulated in the Brazilian press have demonstrated distinct and creative elaborations of visual practices aimed at breaking stigmatized models of guilt, punishment and suffering commonly attributed to girls and women who need to resort to legal abortion. Thus, we understand that observing the field of visual culture today means understanding the participation of journalistic and media images in the list of social agendas, particularly the feminist one. In this text, we reflect on how images present a particular expressive regime of struggle, with poetic and political intensity. Through these photos, we can analyze how such a demand is inscribed as a media-communicational phenomenon assuming three central characteristics of the feminist struggle: mass mobilization, expressive radicalism, and cross-border updating. Therefore, we present an excerpt from the empirical material on the photo report “Women protest for the right to abortion in several countries”, published by *Folha de S. Paulo* on October 2, 2021.

Keywords

Communication; Feminism; Photograph; Press; Protest.

¹Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. Pesquisadora sênior do CNPq no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: angiebiondina@gmail.com.

²Professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Doutora em Filosofia e Ciências da Educação pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Professora do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: ritam.radl@usc.es.

Nos últimos anos, observamos a ascensão de grupos conservadores contrários às demandas feministas de garantia e ampliação de direitos. Vários países da América Latina estiveram em destaque na imprensa internacional devido aos sucessivos acontecimentos marcados por conflitos políticos, sobretudo quando problemas sociais ligados ao feminicídio, aborto legal, homofobia, dentre outros, emergiam com mais intensidade.

No Brasil, somente em 2024, dezenas de manifestações feministas foram registradas em diferentes capitais e cidades do interior no intuito de frear os ataques contra direitos adquiridos, entre eles, o aborto legal e seguro, que conta com assistência do Sistema Único de Saúde. Mesmo assegurado por lei desde 1940, conforme artigo 128 do Decreto Lei 2.848, em casos de gravidez decorrente de estupro, risco de morte para a gestante ou anencefalia fetal, o aborto tem sido alvo constante de projetos de lei e emendas parlamentares que visam restringir ou inviabilizar sua efetivação.

Um dos exemplos recentes foi a proposta de votação, em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) 1904/2024, que propunha a equiparação do aborto ao crime de homicídio, incluindo pena maior à mulher que precisasse realizar o aborto do estuprador: até 20 anos de prisão. Em novembro, outra articulação para votação – dessa vez, da Proposta de Emenda à Constituição, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 164/2012 – voltou ao plenário através da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada para seguir à avaliação de uma comissão especial prevista para o ano seguinte. A PEC 164/2012 busca proibir o aborto legal sob qualquer circunstância, já que inclui, no texto constitucional, que a vida é direito inviolável desde a concepção.

Esse panorama de disputas é pautado por diferentes narrativas, ideologias, valores morais, religiosos e culturais que tensionam a agenda e as ações feministas no avanço e ampliação por direitos. O aborto legal, por exemplo, passa a ser tratado como um tema muito mais vinculado aos anseios morais e religiosos manejados por instituições em alianças políticas do que como um problema de saúde pública, concernente aos direitos sexuais e reprodutivos. É notável como a imprensa e os veículos de comunicação, em geral, costumam recolocar o aborto em pauta conforme o calendário de acirramento eleitoral e/ou de negociações político partidárias, muitas vezes forjando sentidos e percepções.

Segundo Barrancos (2022), as ações feministas do primeiro ciclo do século XXI incluíram os temas da violência de gênero e, particularmente, o feminicídio, na agenda central das lutas na América Latina, mas é preciso lembrar que, ao lado disso, sempre esteve em jogo a necessidade de refletir sobre o aborto legal, uma vez que também constitui uma violência infligida pelo Estado. Diante desse quadro, os estudos de gênero mais recentes (Gago, 2020; Barrancos, 2022; Bidaseca, 2011; 2019;

Segato, 2016; 2012) têm abordado as lutas feministas encampadas na América Latina no intuito de compreender como suas ações comparecem articuladas e imbricadas na realidade social cotidiana para entender como posicionar o enfrentamento. Nesse contexto, cabe questionar como tais ações são comunicadas hoje. Como protestos e reivindicações feministas emergem, enquanto uma voz política, por meio de práticas comunicacionais e midiáticas na atualidade?

Para além de uma disputa pelo significado social que as reivindicações feministas têm adquirido, há também uma dimensão da experiência sensível compartilhada em torno das lutas que se coligam diretamente com o sentido sociocultural que adquirem. Esses dois domínios não estão separados, mas apresentam recursividade e interação. Ambos (sentido e experiência), estabelecem uma dinâmica que não é individualizada, nem homogênea, mas comparece condicionada, historicamente, a um conjunto de elementos e agentes, propriamente comunicacionais, perpassando imagens, acontecimentos e sujeitos em constante inter-relação.

Argumentamos que, nesse processo dinâmico e interacional, as imagens têm adquirido cada vez mais centralidade atuando como elementos fundamentais em um campo de tensões e disputas políticas e afetivas cada vez mais acirradas. Notamos que as imagens constituem um campo material da experiência capaz de tensionar, recombinar ou mesmo alterar quadros culturais, percepções sociais e padrões normativos – inclusive, sensíveis – já instituídos. As imagens não são meras avalistas de um discurso preestabelecido ou apenas registro de eventos cotidianos, mas *medium*, mediadoras simbólicas do comum (Calderón, 2020; 2023; Gomes, 2017; 2019; Vacarezza, 2017; Zerwes, 2014). Com isso, sublinhamos que as imagens não representam ou reproduzem os acontecimentos meramente, alterando, em definitivo, a realidade social, mas que “os meios de comunicação afetam a reprodução e produção de uma realidade social” (Radl Philipp, 2024, p. 254) e esse aspecto tem um significado social e político relevante tanto nos estudos de comunicação como de gênero revisados nesta pesquisa, pois situa-se:

em uma linha epistemológica que rompe com uma mera crítica representacionista e defende uma posição teórica construtivista que dá atenção especial à função de construção da mídia com vistas aos papéis de gênero, vinculando-se à convicção semiótica de que a linguagem, as imagens e a comunicação, em geral, constroem e geram a própria realidade enquanto oferecem a bagagem simbólica para reconstruí-la (Radl Philipp, 2024, p. 254).

Ainda que em nossas pesquisas empíricas (Radl Philipp, 2001, 2011, 2024) demonstremos, muitas vezes, a dinâmica negativa da função ideologicamente regressiva dos meios de comunicação em relação aos papéis de gênero, não significa que a circulação de imagens de acontecimentos não possa ter certo potencial disruptivo na construção de quadros e significados estéticos e políticos novos. Segundo

Calderón (2020, p. 35), conforme os contextos, as imagens não respondem somente como um plano de representação, reprodução ou projeção discursiva, mas como um plano de conexões, de operações que abrem, articulam, relacionam, criando outras configurações entre elementos (sígnicos, sensíveis) antes não vistos. Assim, ficção e imagem são importantes à elaboração de uma dimensão poética e comunicativa que se pretende política, porque põem em circulação outros quadros de pensamento, imaginação e sentido, interrompendo o fluxo midiático consensual que insiste em enquadrar fatos e acontecimentos (Calderón, 2020; Vacarezza, 2017).

A fim de aprofundar nossa argumentação, propomos analisar um pequeno conjunto de exemplares de uma fotorreportagem elaborada como um tipo de cobertura jornalística e documental (Baeza, 2001; Buitoni, 2009; 2011) dos protestos feministas para garantir o aborto legal e seguro como um direito. Enquanto prática comunicacional vista sob uma perspectiva interacional (Braga, 2006), portanto, que considera as imagens como elementos fundantes, a fotografia jornalística, em especial, traz um tipo de materialidade empírica que nos auxilia na montagem de uma visualização sobre certos aspectos seminais na trajetória da luta feminista pelo aborto como um direito legal na América Latina, nos últimos anos.

Esse artigo não pretende recompor uma linha do tempo sobre a temática, mas organizar uma espécie de quadro visual no qual seja possível observar como os protestos feministas em favor do aborto legal e seguro têm se configurado nas imagens que circulam nos principais veículos da região. As fotos nos permitem analisar como tal demanda se inscreve enquanto um fenômeno midiático-comunicacional, assumindo três características centrais da luta feminista: a mobilização de massa, a radicalidade expressiva e a atualização *transfronteira*.

Defendemos que as imagens apresentam um regime expressivo particular, de intensidade tanto poética quanto política, animado pelo corpo como um elemento engendrado nos dois campos, da imagem e da ação. É nesse contexto que o aspecto expressivo pode ter uma função disruptiva na construção de quadros e significados políticos novos. Para isso, observamos um recorte do material empírico em que nos detemos sobre alguns exemplares da fotorreportagem “Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países”, veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 02 de outubro de 2021.

Mobilização de massa

Em recente pesquisa acerca dos movimentos feministas latino-americanos, Gago (2020) destaca que os encontros que têm reunido mulheres, lésbicas, trans e travestis funcionam como uma espécie de “cozinha”, cujo espaço teria um sentido deslocado do ambiente doméstico tradicional, aquele restrito ao trabalho servil das mulheres na divisão sexual que predominou na sociedade e no imaginário ocidental

moderno. Para ela, tais encontros de cozinha ativariam o sentido de uma produção criativa, espécie de *topos* de experimentação conjunta ou lugar de preparação das ações práticas da demanda coletiva.

A partir daí, a autora argumenta que esses encontros ou assembleias passariam a constituir um “dispositivo situado de inteligência coletiva” (Gago, 2020, p. 187), na medida em que possibilitariam que as falas comuns das participantes integrassem demandas para compor um plano organizado de ações. Juntas, poderiam experienciar o uso da palavra e da escuta em um processo de elaboração coletiva, certamente entre conflitos e divergências, mas efetuado em uma dinâmica interacional e multitudinária própria. Na situação de assembleia é que seria possível perceber a força de usar a palavra de modo coletivo para a materialização da demanda vivida no cotidiano das mulheres.

Nessa perspectiva, uma convocatória ou um grito de guerra seriam exemplos da encarnação do exercício comum da palavra debatida, tensionada entre sujeitos que se colocaram e compuseram leituras, traçaram estratégias e avaliaram táticas. Essa potência primordial identificada pela autora seria um primeiro modo organizador da sociabilidade colaborativa que caracterizaria uma ação feminista e que é destacada nas imagens.

Para Gago (2020), antes da aparição pública das demandas organizadas, uma ação feminista começa nas conversações de “cozinha”. Assim, entendemos que um protesto seria uma espécie de declaração encarnada, materializada em ação de comunicação entre participantes que emerge, visualmente, enquanto coletivo organizado nos espaços públicos. No exercício autônomo e compartilhado da linguagem, as falas colocadas nas assembleias produziriam “novas formas de encorpamento e de contrapoder” (Gago, 2020, p. 195), capazes de instaurar movimentos novos que rompem a paisagem cotidiana que codifica os modos de padecimento solitário, individualizado e a existência particular de cada mulher.

Na leitura, entendemos que o processo operador da palavra compartilhada que anima uma assembleia passa a ganhar um corpo coletivo possível nas ruas, como visualizado, compartilhando os espaços públicos. Assim, a aparição pública dos corpos seria a materialização objetiva e posterior de um exercício de linguagem ocorrido e que pode assumir extensões e feições diferenciadas conforme a situação da ocupação dos espaços públicos.

Butler (2018, p. 45) também considera que aparecer em conjunto nos espaços públicos adquire uma dimensão política central do ativismo de certos grupos. No entanto, ela coloca que, quando esses grupos centralizam, nos corpos e nas imagens, suas formas de reivindicar em comum para serem vistos e ouvidos, a presença pública torna-se também um direito à aparição. “A performatividade de gênero presume um campo de aparecimento no qual o gênero aparece, e um esquema de condição de reconhecimento dentro do qual o gênero se mostra” (Butler, 2018, p. 45-46). Como

uma força plural conjunta, as mulheres em assembleia performam uma demanda corporificada pelo direito a vidas mais vivíveis coligada aos modos de aparição. Logo, a imagem adquire uma centralidade na reflexão da autora porque seria o *médium* das demandas corporificadas dos ativismos políticos na atualidade.

Em outubro de 2021, mulheres e jovens se reuniram em diferentes países para reivindicar o aborto legal e seguro como um direito. Na fotorreportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada dia 02 de outubro de 2021, vemos muitas mulheres juntas caminhando pela rua (Figura 1). Algumas olham para baixo, atentas ao andar, outras aparecem conversando. Muitas delas utilizam máscaras de proteção ou lenços de cor roxa, signo do feminismo. Os *pañuelos* verdes, que representam um ícone da luta pelo aborto legal e seguro, também são usados ao redor do pescoço de muitas delas.

Figura 1- Print de tela do Jornal *Folha de S. Paulo*.

Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países

EUA, México, Peru, Colômbia, Brasil, El Salvador e Espanha tiveram manifestações de segunda (27) a sábado (2)



2.out.2021 às 15h48

4 / 9 Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países



Também foram realizados protestos no México, país onde a Suprema Corte descriminalizou o aborto no início do mês de setembro... [MAIS](#)

Fonte: Mulheres protestam [...]. *Folha de S. Paulo* (2021).

A foto prioriza a composição aberta usando a zona de aglomeração para registrar um grande grupo de mulheres que parece se prolongar até o fundo da imagem, de modo a perder de vista a quantidade exata de pessoas que ocupam a porção superior do quadro. O desfoque das personagens é um recurso técnico que faz com que o limite da rua seja confundido com a multidão de pessoas. Apenas as mulheres da porção inferior da foto aparecem com mais nitidez, embora o uso de máscaras e lenços dificulte a identificação pessoal da maioria delas.

De fato, não é a identificação o que importa à fotografia, mas a apresentação

de um conjunto coeso de *sujeitas* que se prolonga, indefinidamente, pela rua segurando cartazes com mensagens e usando adereços e cores que produzem uma reconhecível unidade de grupo. Sem exasperações, sem aparentes confrontos, todas elas caminham juntas em concerto. Na legenda, há a informação de que “Também foram realizados protestos no México, país onde a Suprema Corte descriminalizou o aborto no início do mês de setembro”; e só assim é possível saber em qual país ocorreu a caminhada.

Ainda, ao redor da mulher em destaque aparecem muitas outras com aparências diversas. Esses elementos reunidos não são casuais em uma foto com o propósito de registrar uma ação feminista em uma cidade latino-americana. O anonimato das mulheres, a diversidade étnica, o efeito de multiplicação que adquirem, os adereços que portam, o modo de caminhar juntas: todos esses elementos convergem para um sentido de comunhão de corpos e compartilhamento de uma demanda encarnada, corporificada, que é comum e cotidiana, uma vez que faz parte do dia a dia das muitas e diferentes mulheres e meninas. Assim, o aparecer coletivo das mulheres não se restringe à mera representação de um protesto (Butler, 2018, p. 37).

O reconhecimento de que uma assembleia é, também, um direito de aparecer não se aplica apenas a uma mulher, mas a todas que fazem parte da emergência de uma política de exposição de *sujeitas* aliançadas em uma reivindicação comum, compondo uma “cena de aparecimento” comum de corpos e vidas em vulnerabilidade, diz Butler (2018, p. 34). Entendemos que o reconhecimento se estende a todas as mulheres, sugerindo uma identidade coletiva certamente caracterizada pela diversidade. Em outro escrito desenvolvemos essa reflexão (Biondi; Radl Philipp, 2024), mas aqui é importante destacar que a condição de precariedade funcionaria como uma expressão mediadora que opera como uma aliança entre grupos de pessoas que, de outro modo, talvez não tivessem muito em comum.

Por isso, ao se colocarem como um corpo coletivo que pode ser visto nas imagens, meninas e mulheres produziriam uma forma de visualidade que desestabilizaria realidades, normas e sensibilidades, considerando o direito de aparecer como um enquadramento da união de pessoas que compartilham a mesma sujeição e apagamento constante. E mais: essas imagens colocam, ao mesmo tempo, o contra significado de uma realidade social das mulheres como poder visível; pontuam, sociologicamente, um empoderamento político do coletivo apresentado, não simplesmente na ocupação de um espaço concreto, mas de um espaço social e político próprio. Tal significação de empoderamento estende-se a todo o corpo coletivo diverso das mulheres, aspecto que também imbrica as espectadoras e os espectadores dessas imagens, afetando a desconstrução e reconstrução dos lugares sociais visíveis de gênero.

Figura 2 – Print de tela do jornal *Folha de S. Paulo*.

Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países

EUA, México, Peru, Colômbia, Brasil, El Salvador e Espanha tiveram manifestações de segunda (27) a sábado (2)



2.out.2021 às 15h48

6 / 9 Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países



Marcha de mulheres em Bogotá, capital da Colômbia Nathalia Angarita - 28.set.21/Reuters

Fonte: Mulheres protestam [...]. *Folha de São Paulo* (2021).

Na Figura 2, outra foto da mesma série traz uma organização visual similar quanto à ênfase no conjunto de diferentes mulheres reunidas. No entanto, a composição fechada foi usada para destacar a mulher que centraliza a ação e dirige o olhar ao espectador. Também anônima, usando um casaco com capuz verde e o lenço em seu rosto, a mulher, cercada por uma massa de mulheres em desfoque, ergue o braço direito empunhando o *pañuelo*. Seus olhos miram para fora de campo e parecem completar a máscara verde que cobre a sugestão de um sorriso dirigido a algo ou alguém que está do lado oculto da foto. A legenda fornece a informação de que as mulheres marcham em Bogotá, também pelo direito ao aborto legal.

Na Figura 3, a fotografia fecha ainda mais a composição e produz um retrato de uma mulher negra no centro da imagem, destacando, possivelmente, que aqui há um rosto mais específico à demanda, já que muitas das últimas estatísticas produzidas indicaram que, no Brasil, mulheres e meninas negras e indígenas compõem maioria das vítimas de violência sexual que recorrem ao aborto legal para interromper a gestação, muitas vezes, resultado de estupro [1]. Ao lado da mulher negra, comparecem outras mulheres, também com os rostos desfocados, com braços erguidos e punhos fechados, em uma aparente entoação de grito de guerra. Atrás da personagem principal, vemos uma bandeira roxa com inscrições e símbolos que compõem os acessórios predominantes que rodeiam as manifestantes. Na legenda, a informação de que as mulheres estão reunidas em São Paulo, no Brasil.

Figura 3 – Print de tela do jornal *Folha de S. Paulo*.

Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países

EUA, México, Peru, Colômbia, Brasil, El Salvador e Espanha tiveram manifestações de segunda (27) a sábado (2)



2.out.2021 às 15h48

7 / 9 Mulheres protestam pelo direito ao aborto em vários países



No Brasil, mulheres protestam no estado de São Paulo Amanda Perobelli - 28.set.21/Reuters

Fonte: Mulheres protestam [...]. *Folha de S. Paulo* (2021).

Observadas em série, as imagens das Figuras 1, 2 e 3 arrematam a ideia de que as mulheres latino-americanas comparecem juntas, mesmo em diferentes locais, em uma ação coletiva simultânea que vai se expandindo por toda a região e alcançando diferentes cidades dos países. Pela ideia de um corpo que se expande, se empodera e toma o espaço público aparecendo como uma massa, e que alcança maiores segmentos da população, o sentido central no modo de elaboração visual através da fotorreportagem é que as mulheres estão unidas em movimento, comungando a mesma reivindicação pelo fim da vitimização, da culpabilização e da criminalização do aborto, ao mesmo tempo em que fazem, de cada cidade do território latino-americano, a extensão de seu corpo coletivo.

Como forma de reação ao reiterado silenciamento e invisibilidade, mulheres decidem e aderem pelas formas de reivindicação e resistência pública. As assembleias manifestam uma soberania popular que desafia a fé estatal como monopólio da política, porque se colocam como insurgências corporais que renovam as dinâmicas de decisão e autonomia, de cuidado e reprodução, de autodefesa e saber coletivo (Gago, 2020, p. 194). As imagens corporificam a produção de um tipo de enunciado ou mesma ação de fala que reforçam a adesão em massa como recurso para que possam aparecer publicamente e assim afetar, engajar ou comover outros corpos, promovendo dinâmicas de disputa, ruptura e deslocamento sob o risco constante de desaparecimentos.

A fotorreportagem da *Folha* utiliza o material de agências de notícias internacionais, como *Reuters* e *Agence France Press*, porque adquirem os direitos de imagem de fotojornalistas associadas ao redor do mundo. Esse aspecto é um complemento relevante na compreensão das formações culturais e históricas que subjazem a prática jornalística quando da cobertura dessas manifestações feministas da atualidade (Silva, 2017; Silva; Gonçalves, 2018).

Há uma considerável e ativa ressonância do olhar das profissionais aos recentes acontecimentos no âmbito das lutas políticas por direitos, marcadamente latino-americano. As produções visuais elaboradas pelos movimentos feministas em favor do aborto legal na América Latina não constituem uma ação política nova, mas têm se renovado e intensificado para fazer frente aos ataques de grupos conservadores que forçam alterações jurídicas para retirada de direitos sexuais e reprodutivos.

Ao contrário de denúncias individuais e da exposição de relatos pessoais na imprensa, o que observamos é uma crescente utilização de imagens de ações coletivas de protestos que promovem expressivas releituras coletivas das experiências vividas solitariamente. Em 1979, na Cidade do México, na comemoração do *Día de la Madre*, ativistas performaram um cortejo fúnebre ao *Monumento a la Madre*, carregando uma coroa ornamentada com flores, penas, agulhas de crochê, ervas abortivas, entre outros elementos usados no procedimento. A coroação da estátua da grande mãe seria uma provocação visual que denunciava o sofrimento e morte de mulheres e meninas vitimadas.

O fato de mobilizar as pessoas para que pudessem coroar e levar flores à estátua também encenava um gesto de inversão da homenagem, já que não reforçava o elogio à imposição de gestar e parir atribuída às mulheres pelo imaginário religioso, mas deslocava o sentido desse ícone de sofrimento e sacrifício ao destacar a impossibilidade de gestar e parir, em muitos casos, como consequência da violência sexual que conduzia à morte por um aborto clandestino. Nas faixas e cartazes estava escrito o número 80 mil mortes por ano enfatizando que o direito ao aborto legal, seguro e gratuito era uma demanda social impossível de ocultar na região.

Segundo Vacarezza (2017), o cortejo fúnebre é um tipo de luto público visto como uma das práticas visuais centrais à ação feminista latino-americana porque chama a atenção para o reconhecimento de uma questão social comum às mulheres e cria as condições para que uma experiência vivida no cotidiano seja politizada. Certas produções visuais de ações artísticas, performáticas, quando investidas pelo feminismo são recursos importantes porque renovam a dimensão criativa e poética das imagens de protesto. Aos repetidos relatos de vítimas sofredoras ou presas servem, ao contrário, o manejo das relações de solidariedade, força e esperança na luta por direitos e reparação através de modos renovados de reivindicar o espaço

e o aparecimento público. “Além de argumentos jurídicos, políticos e científicos, esses movimentos desenvolveram, muito cedo, formas de produção e ação artístico-política com forte impacto visual, chamando a atenção do público para essas questões” (Vacarezza, 2017, p. 02) (Tradução nossa) [2].

Manifestações que expressam um “luto agonístico” (Butler; Athanasiou, 2024), longe de reificarem as mortes de vítimas invisíveis, trazem à luz a possibilidade de aparecerem como vidas dignas de luto sob a forma de protesto. As vítimas ressurgem no corpo coletivo recusando os modelos estatísticos e institucionais de seu desaparecimento. Atenta às formas corporificadas de protesto, Gomes (2017; 2019) reitera que a transformação do corpo e das emoções é um recurso político do ativismo que faz parte do repertório de novos sentidos e afetos investido sobre as demandas feministas. A produção de novas práticas pedagógicas tem nutrido um processo contínuo de disputa acerca das linguagens e estéticas com que se trata o tema do aborto publicamente.

A mobilização do trauma, do assassinato e da punição são modelos figurativos constantemente acionados por uma perspectiva conservadora na disputa pelo sentido que se atribui ao aborto. Ao lado de imagens de morte e prisão, a culpa, a dor e a solidão são investimentos subjetivos e afetivos atribuídos às imagens de mulheres que realizam o procedimento. Em um caso emblemático da Argentina, em 2016, Belén, uma jovem de 26 anos, foi presa ao dar entrada na emergência do Hospital Avellaneda, em Tucumán, devido a fortes dores abdominais. Ela havia sofrido aborto espontâneo e, mesmo assim, foi detida e condenada.

Os movimentos sociais e grupos feministas intensificaram os protestos que se espalharam pelo país, exigindo a revogação da pena e a libertação da jovem. A campanha *Somos todas Belén* implementou um conjunto de ações com apresentações artísticas, vigílias e caminhadas que angariou a adesão popular não apenas pelo grau de arbitrariedade no caso, mas pela necessidade de reabrir as discussões legais sobre o direito ao aborto no país. O rosto individual se tornava único pelo uso coletivo de máscaras reforçando a expressão de uma força coletiva que avançava pelo fim da punição. Essas ações reinvestiram o aborto de Belén como um problema de saúde pública concernente aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos, logo, de responsabilidade do Estado quanto à garantia da vida e saúde da jovem.

Exemplos como este destacam que as ações feministas que reivindicam o aborto legal têm buscado mobilizar o problema por vias que não estigmatizem e nem vitimizem ainda mais meninas e mulheres, bem como buscam transformar e construir ressignificações. Para isso, se valem de expressões de ironia, deboche e provocação, problematizando tanto normas quanto afetos instituídos. Daí os corpos das ativistas emergirem no espaço público servindo como articuladores centrais de um novo regime expressivo e sensível que se pretende negociar, fato que produz e induz a construções e reconstruções disruptivas da realidade social, neste caso,

como um corpo coletivo.

Assim como os discursos e as práticas corporais, a chave emocional de um protesto não é casual, mas resultado de um trabalho de seleção e modulação de um repertório afetivo como algo central para manejá-las intensidades expressivas das ações feministas (Gomes, 2017, p. 234).

As intensidades expressivas das ações feministas que são trazidas em imagens afetam também espectadoras e espectadores. Desse modo, o significado do empoderamento das mulheres como coletivo se vê reforçado, forjando a desconstrução e reconstrução da realidade social, de modo particular, através das imagens.

Atualização transfronteira

Quando as demandas coletivas ganham corpo e são concretizadas em manifestações, elas são capazes de religar ações estabelecendo uma espécie de fio que se expande, alonga e alcança *sujeitas* em diferentes lugares. O cortejo fúnebre do *Monumento a la Madre*, na Cidade do México, em 1979, e a caminhada *Ni una menos*, em Buenos Aires, em 2015, não são atos isolados de um calendário, mas ações que conectam momentos prementes da luta, acumulando força política ao longo do tempo (Gago, 2020, p. 188).

Uma caminhada, um cortejo, cada tipo de protesto apresenta um conjunto de gestos, cores, movimentos e ritmos através do qual se empenham corpos aliançados para atuar em uma linguagem performativa, seja para amplificar as massas, seja para intensificar o regime expressivo ou para aparecer; se tornar visível e ser vista adquire um modo de atuação cada vez mais intenso. Quando analisamos as imagens elaboradas dessas ações no Brasil, na Argentina ou na Colômbia notamos que compreendem uma parte importante da própria estratégia ativista de reivindicação, porque assumem o campo visual como um elemento constituinte do debate público acerca do aborto legal e seguro na América Latina.

Essas ações têm buscado modelar formas próprias de visualidade, ressignificando, negociando com signos, imaginários e afetos a fim de produzir novas dinâmicas de enfrentamento à violência e ao controle biopolítico dos corpos. O aborto legal significa, em particular, uma etapa importante na supressão dos mecanismos institucionalizados de exploração dos corpos de mulheres e meninas que sustentou a relação orgânica entre patriarcado e acumulação econômica na América Latina, ao longo dos últimos séculos de implementação do capitalismo moderno (Arruzza, 2023; Gago, 2020). A sujeição das mulheres, da natureza e da colônia como lema da civilização ocidental conduziu a um processo de destruição das distintas matérias corporais, naturais, territoriais que até hoje minam subjetividades e afetos.

Reivindicar o corpo é também reclamar o território em um processo de

atualização *transfronteira* mobilizado por uma temporalidade peculiar entre passado e presente políticos. “Então, o corpo-território supõe a hipótese de que as mulheres e as corporalidades dissidentes que nutrem e se nutrem nessas lutas produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade” (Gago, 2020, p. 109).

Entendido como “corpo-território” (Gago, 2020; Butler, Athanasiou, 2024), o corpo passa a ser outra importante imagem-conceito surgida a partir e desde as lutas. O aspecto da atualização *transfronteira* estenderia, portanto, a noção de identidade coletiva de empoderamento para além dos limites das fronteiras, incluindo todas as facetas da diversidade cultural e dos coletivos de mulheres, assinalando um poder de solidariedade de gênero que reforçaria este terceiro eixo que vertebraliza a possibilidade da desconstrução e reconstrução da realidade social das mulheres e dos lugares sociais de gênero.

Considerações Finais

Ao observarmos as imagens de protestos feministas, notamos que elas auxiliam na visualização de pontos de conexão tecidos em diferentes lugares, trazendo à tona conflitos encampados pelos corpos das mulheres ao longo de décadas. No entanto, destacamos que as imagens colocam em perspectiva a trajetória dessas lutas, o que nos provoca a pensar “[...] imagens como agentes de transformação histórica” (Mauad, 2016, p. 273). Desse modo, refletir e analisar o campo da cultura visual hoje significa entender qual a participação das imagens jornalísticas e midiáticas no rol das lutas sociais, particularmente, a feminista.

Fotos e vídeos de manifestações não são elaborados apenas para uma catalogação documental ou para registro histórico de um tema político, mas para a configuração de uma imagem reconhecível do ativismo feminista que possa ser atualizado pelo olhar público e trazido como elemento constituinte da experiência vivida no presente. Ao observarmos as imagens em circulação nos diferentes espaços da imprensa notamos o quanto estão em jogo modos específicos de enquadrar e referir sentidos e afetos conforme a cena de disputa colocada por grupos político-partidários, religiosos, civis, jurídicos, médicos e ativistas. Em uma visada sociológica, a mobilização de massa, que vai além do próprio coletivo das mulheres e as intensidades expressivas das ações feministas vistas pelas imagens em circulação na imprensa afetam também espectadores, transpondo os espaços territoriais onde foram produzidas e captadas.

Ao emergir acontecimentos ligados a certas pautas políticas, tais como o aborto legal, esse quadro reassume a centralidade em diferentes ações e práticas que buscam ativá-lo de formas distintas no intuito de romper com modelos estigmatizados de culpa, punição e sofrimento. As fotografias dos protestos feministas recentes que

tiveram ampla circulação em periódicos e veículos de imprensa nos países latino-americanos têm demonstrado produções distintas e criativas das práticas visuais. Essas diferenças e deslocamentos, bem como seu significado político e social ao olhar público são notáveis, como demonstramos, inclusive nos materiais jornalísticos de veículos outrora classificados como tradicionais.

Como afirma Calderón (2023), as imagens não precisam ser cúmplices de um processo de empobrecimento e deserotização da vida pela saturação dos espaços e dos afetos dada por um sistema de constante exploração comercial dos corpos. Mas podem ser elementos participantes na reinvenção, reivindicação e resistência como categorias visuais e políticas que possibilitem abrir imaginários e fazer circular outros afetos, rompendo o circuito padronizado de sentidos e sensibilidades sem perder de vista a historicidade do contexto material no qual se situa (Scott, 2012). Encontros de corpos aliançados são parte fundamental da dinâmica social, afetiva, cultural, comunicativa e política do feminismo cujo desafio central, em uma sociedade economicamente hiperconcentrada, gerida por plataformas e conglomerados empresariais, é garantir modos de efetivação das forças do comum preservando-as cooperativas, autogeridas e plurais.

Notas

[1] No momento da escrita desse artigo, foi publicada uma pesquisa realizada pelo Centro Internacional de Equidade em Saúde, vinculado à Universidade Federal de Pelotas, revelando que, entre 2020 e 2022, o país registrou 11.607 partos resultantes de violência sexual contra meninas de até 14 anos. Em 40% dos casos, as vítimas só começam um exame pré-natal após três meses de gestação, o que dificulta ainda mais o acesso ao aborto legal. A disparidade regional também foi ressaltada mostrando que 49% das meninas indígenas da região Norte, seguido do Centro-Oeste, têm atraso no início do pré-natal.

[2] *In addition to legal, political and scientific arguments, these movements have developed, very early, forms of artistic-political production and action with strong visual impact drawing the public's attention to these issues.*

Artigo submetido em 04/01/2025 e aceito em 10/06/2025.

Referências

- ARRUZZA, C. Do feminismo da reprodução social à greve de mulheres. In: BHATTACHARYA, T. (org.). **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023, p. 303-309.
- BARRANCOS, D. **História dos feminismos na América Latina.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BAEZA, P. **Por una función crítica de la fotografía de prensa.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

BIDASECA, K. Experiencias del feminismo contra-hegemónico en América Latina. **Lutas Sociais**, n. 27, 2011, p. 200-203. Disponível em: <https://abrir.link/jrJfW>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BIONDI, A.; RADL-PHILIPP, R. M. Nem presa, nem morta: visualidades do ativismo feminista como carrossel de telas no Instagram. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 21, n. 62, p. 391-416, 2024.

BONAN, C.; FERREIRA, C. **Mulheres e movimentos.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 5, n. 2, p. 09-35, 2006. DOI: 10.5902/2175497790408.

BUITONI, D. S. **A mulher de papel:** a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.

BUITONI, D. S. **Fotografia e jornalismo:** a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva Uni, 2011.

BUTLER, J; ATHANASIOU, A. **Despossessão:** o performativo na política. São Paulo: Unesp, 2024.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALDERÓN, A. S. **La performatividad de las imágenes.** Madrid: Ediciones Metales Pesados, 2020.

CALDERÓN, A. S. **Imágenes que resisten:** la genealogía como método crítico. Ayuntamiento de Barcelona: Instituto de Cultura La Virreina, 2023.

GAGO, V. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo.** São Paulo: Elefante, 2020.

GOMES, C. C. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, v. 25, p. 231-255, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.12.a>.

GOMES, C. C. Imágenes, afectos y narrativas de aborto: un relato del I Simposio de Arte, Política y Feminismo en Córdoba. **Etcétera - Revista del área de Ciencias Sociales del Ciffyh**, v. 5, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/nndyu>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MAUAD, A. M. Memórias em movimento: fotografia e engajamento, a trajetória de Cláudia Ferreira 1980-2014. **História: debates e tendências**, v. 16, n. 2, p. 271-290, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.16n.2.6918>.

MULHERES protestam pelo direito ao aborto em vários países. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 out. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/hdItY>. Acesso em: 06 jul. 2024.

NORONHA, D. P. A importância social da imagem: reflexões sobre diferença, representação e poder em diálogo com um pensamento decolonial. **Iluminuras**, v. 20, n. 50, p. 255-278, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.80371>.

RADL PHILIPP, R. M. La socialización en función del género. **Revista multidisciplinar de gerontología**, v. 11, n. 4, p. 189-196. 2001.

RADL PHILIPP, R. M. Medios de comunicación y violencia contra las mujeres. Elementos de violencia simbólica en el medio televisivo. **Revista latina de sociología**, v. 1, n. 1, p. 156-81. 2011. DOI: <https://doi.org/10.17979/relaso.2011.1.1.1199>.

RADL PHILIPP, R. M. Novos meios tecnológicos da comunicação, gênero e a função ideologicamente regressiva da mídia. In: BERTONI, L. M.; COUTINHO, L. C. S.; SILVA, R. H. R. (Org.). **Ciência, educação e lutas de classes: desafios e perspectivas de resistência**. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 245-262, 2024.

SCOTT, J. W. Reverberaciones feministas. **Revista CS, Estudios Sociales** sobre América Latina. Santiago de Cali, n. 10, p. 339-370, 2012. Disponível em: <https://encurtador.com.br/galmM1363>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SEGATO, R. L La norma y el sexo: Frente estatal, patriarcado, desposesión, colonialidad. In: BIDASECA, K. (org.) **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. CLACSO: Ciudad Autónoma de Buenos Aires, IDAES, 2016. p. 31-64. Disponível em: <http://bit.ly/4lLxb7N>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-Cadernos CES - Centro de Estudos Sociais**, n. 18, p. 106-131, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>.

SILVA, N. C. Mulheres no fotojornalismo: influência cultural da formação na inserção profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40. **Anais** [...]. Curitiba, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/44UkBod>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SILVA, N. C.; GONÇALVES, E. M. O discurso das mulheres fotojornalistas: desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 212-231, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1056>.

VACAREZZA, N. Affects, mourning and justice in visual productions about women's incarceration and deaths for abortion in Latin America. In: MUNDOS DE MULHERES, 13 e FAZENDO GÊNERO, 11. *Anais [...]*, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, p.01-11, 2024. Disponível em: <http://bit.ly/4m7wxSr>. Acesso em: 10 jul. 2025.

ZERWES, E. A fotografia entre cultura visual e cultura política: a participação da imprensa ilustrada francesa de esquerda na construção de uma história pública na década de 1930. *Estudos Históricos*, v. 27, n. 54, p. 317-344, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000200006>.